

O esporte paralímpico no Rio de Janeiro: um breve histórico

Paralympic sport in Rio de Janeiro:
a brief history

MÔNICA DA SILVA ARAUJO

Historiadora pela Universidade Federal Fluminense (UFF),
Mestre em História Social e Doutora em Antropologia
Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
e Professora do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
monicasaraugo@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo do artigo é reconstruir a trajetória do esporte paralímpico no Rio de Janeiro desde a metade do século XX até os dias atuais, enfatizando os processos de organização dos clubes e entidades representativas. Ao longo dessa reconstituição histórica, intenta-se evidenciar a conexão entre o desenvolvimento de novos conceitos de reabilitação e o surgimento do esporte adaptado. Finalmente, são apresentados alguns dados que revelam um novo período de mudanças e que dizem respeito, dentre outras coisas, à relação do esporte paralímpico com três diferentes elementos: 1º paradigma do alto rendimento, 2º aumento da visibilidade do esporte no interior dos megaeventos e 3º a construção de novas formas de representação da pessoa com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitação; Deficiência; Esporte Paralímpico.

ABSTRACT: The purpose of this article is to reconstruct the trajectory of the Paralympic sport in Rio de Janeiro from the mid-twentieth century to the present day, emphasizing the organizational processes of the clubs and representative entities. Throughout this historical reconstruction, I try to highlight the connection between the development of rehabilitation's new concepts and the emergence of adapted sport. Finally, some data are presented that reveal a new period of changes that relate, among other things, to the relationship between Paralympic sport and three others different elements: 1º high performance paradigm, 2º the increase in the visibility of sport within mega-events and 3º construction new forms of representation of the disabled person.

KEYWORDS: Rehabilitation; Disability; Paralympic Sport.

As primeiras experiências

A utilização de programas terapêuticos que têm como base fundamental para a cura e reabilitação a prática de atividades físicas e uma preocupação com um sujeito fisicamente educado parece ter uma longa estrada percorrida no Ocidente. E é justamente a partir dessa junção de campos de saberes que foram lançadas as bases para o que depois passou a ser chamado de esporte adaptado e esporte paralímpico (no sentido do alto rendimento). Embora não seja o objetivo deste texto traçar os pormenores dessa trajetória, nem tampouco argumentar em prol de uma evolução linear, cabe apresentar alguns dados históricos iniciais em relação ao processo de formação e transformação do esporte paralímpico.

No esforço de reconstrução desse movimento, realizado tanto por acadêmicos quanto pelas entidades que representam o esporte paralímpico, existem referências de que pessoas com deficiências auditivas teriam sido as pioneiras na organização de competições esportivas, desde o final do século XIX, através do beisebol e do futebol nos Estados Unidos. No início do século seguinte, eles já participavam de outras modalidades e, no ano de 1924, em Paris, ocorreu a primeira competição internacional para este grupo, denominada Jogos do Silêncio. É desta época a criação do *Comité Internationale des Sports Silencieux* (CISS).

Com relação aos deficientes visuais, a primeira competição teria acontecido em 1907, também nos Estados Unidos. Analisando a produção de autores que se ocupam com essa reconstituição histórica do esporte para deficientes, vemos como surgem inúmeras datas e eventos que são considerados como pequenos marcos deste processo. Nem todos eles aparecem com o mesmo grau de relevância e, por vezes, chega a haver discrepâncias sobre datas, locais e nomes a eles relacionados.

O primeiro ponto consensual recai sobre o período da Primeira Guerra Mundial, considerado um importante momento de inflexão em função de trabalhos de reabilitação através do esporte desenvolvidos com lesionados do conflito, principalmente na Alemanha. Esse também seria o momento em que toma impulso o desenvolvimento da fisioterapia e da medicina esportiva (CONDE, 2006, p. 10). No entanto, os esforços que conjugavam esporte e reabilitação não tiveram continuidade nesse período e nem uma projeção maior capaz de construir canais de comunicação e divulgação sobre este tipo de atividade, ao menos na esfera internacional. Para além desse dado histórico, existe uma concordância por parte dos estudiosos em

considerar a experiência do médico Ludwig Guttmann como decisiva para o desenvolvimento do que hoje chamamos de esporte paralímpico. O trabalho desse médico, que era alemão de origem judaica e estava exilado na Inglaterra, começa a ser realizado a partir de 1944, no Centro Nacional de Lesionados Medulares de Stoke Mandeville, onde a prática esportiva era a marca da reabilitação e que, segundo Guttmann, deveria ser não apenas física, mas também social.

A conjuntura do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) constrangia os governos dos principais países envolvidos no conflito a não fechar os olhos para o grande problema dos mutilados de guerra que retornavam às suas pátrias e que, ao menos aparentemente, e dentro da lógica de reprodução capitalista, passariam a ser um estorvo econômico e social. Essa ideia pode ser corroborada pelo autor Paul Rabinow (1999, p. 146) quando afirma que nesse período “deficiências eram déficits a serem compensados socialmente, psicologicamente e espacialmente, e não doenças a serem tratadas”. Para alguns autores, essa resposta não deixava de ser uma medida econômica, pois boa parte da mão de obra produtiva dos países beligerantes estava nos campos de batalha. Por outro lado, seria possível afirmar que a preocupação com a reabilitação destas pessoas tinha a ver, também, com uma resposta política a um dos resultados visivelmente nefastos da guerra.

No que diz respeito à reabilitação em si, Araujo (1996) destaca que havia um interesse científico no momento pós Segunda Guerra por essa área de conhecimento que contou com o desenvolvimento de várias pesquisas voltadas principalmente para pessoas com traumatismo raquimedular. Esse era justamente o foco do Hospital de Stoke Mandeville, que tratava os soldados que possuíam este tipo de lesão e que, até então, tinham uma expectativa de vida curta depois que se encontravam nesta nova condição. Por outro lado, convém destacar que os traumatismos graves traziam consequências não apenas físicas, mas emocionais e sociais. O uso do esporte como ferramenta no trabalho de reabilitação teve grande aceitação e quatro anos depois já eram realizados os primeiros jogos de Stoke Mandeville. No ano de 1950, tem início o intercâmbio entre Inglaterra e Estados Unidos com relação ao desenvolvimento do desporto em cadeira de rodas. Este último país também já tinha percorrido seu próprio caminho nesta área, promovendo desde a década de 40 o basquete em cadeiras de rodas, que inicialmente era praticado por veteranos de guerra, mas que depois despertou o interesse de civis que estavam em cadeira de rodas em razão de vários tipos

de deficiência. Com o sucesso que havia obtido os Stoke Mandeville Games, como ficaram conhecidos os jogos de 1948, foi formada, no ano de 1952, a Organização Internacional de Esporte para Deficientes – *International Stoke Mandeville Games Federation (ISMGF)*¹ e também são realizados os primeiro Jogos Internacionais de Stoke Mandeville.

Em 1960, quando os Jogos de Stoke Mandeville chegam à nona edição, o Dr. Guttmann é convidado para organizá-los em Roma, após o término das XVI Olimpíadas, e passam a ser considerados, posteriormente, como a primeira Paralimpíada, embora ainda não tenha sido denominado dessa forma naquele momento. O nome oficial do evento era *Paralympics*, ou seja, Olimpíadas para Paraplégicos, e contou com a participação de 23 países e 400 participantes, sendo 230 deles competidores. A partir daí, com raras exceções, estes jogos passaram a ser realizados algumas semanas após os Jogos Olímpicos, na mesma cidade-sede. Apenas na competição realizada quatro anos depois, na cidade de Tóquio, é que surge o termo Jogos Paraolímpicos que, por sinal, nunca foi adotado pela associação que cuida dos Jogos de Stoke Mandeville.

Nas décadas seguintes diferentes tipos de deficiência e modalidades esportivas foram sendo incorporadas nas competições. Esse crescimento do movimento trazia consigo uma maior especialização dos atletas por tipo de deficiência, de forma que outras entidades foram sendo criadas com o intuito de organizar o esporte a partir destas mesmas especializações. Sobre essa dinâmica que se intensifica na década de 80, Araujo (1996, p. 12) salienta que

este movimento entra em processo de cientificidade, surge a necessidade de implementar medidas que assegurassem a individualidade e a igualdade nas competições esportivas. Houve o desmembramento em organizações diferentes para cada deficiência. Estes desmembramentos foram feitos diante da necessidade de se estabelecer regras coerentes para cada grau de deficiência.

No período posterior ao boom dos desmembramentos é criado, no ano de 1989, depois das Paraolimpíadas de Barcelona, o *International Paralympic Committee (IPC)*. Hoje esta entidade congrega as quatro federações originais do Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes (ICC), antigo representante do esporte paralímpico.

A organização do esporte paralímpico no Brasil

Assim como em outros países em que a história do esporte paralímpico esteve associada aos serviços de reabilitação disponíveis para pessoas com deficiência, também no Brasil a conexão entre as duas áreas sempre existiu de alguma forma. A diferença aqui é que não necessariamente os pioneiros no esporte adaptado eram lesionados de guerra. O final da década de 1950 aparece como o marco no desenvolvimento do esporte adaptado, com a criação dos primeiros clubes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Chama atenção a quase simultaneidade da fundação das duas entidades, além do fato de seus idealizadores terem tido a primeira experiência com o esporte adaptado a partir de centros de reabilitação nos Estados Unidos.

Na cidade de São Paulo, Sérgio Serafim Del Grande aparece como o grande pioneiro. Del Grande ainda era um estudante paulistano de 16 anos de idade quando no ano de 1951 sofreu uma lesão medular após uma queda numa partida de futebol. Depois de passar um período fazendo tratamento no Brasil, o estudante é levado pela família para um centro de reabilitação nos Estados Unidos, o Instituto Kesller, em New Jersey. Nessa instituição, cujo foco do tratamento era a construção da autonomia do sujeito com deficiência, os pacientes tinham como tarefa obrigatória a participação em alguma atividade esportiva adaptada. Ele optou pelo basquete em cadeira de rodas e em pouco tempo já estava participando dos torneios que eram feitos com os outros centros de reabilitação. Del Grande voltou para a cidade de São Paulo em 1955 e tornou-se uma das primeiras pessoas a praticar o basquete em cadeira de rodas, modalidade que inaugurou no Brasil o esporte para pessoas com deficiência. E um evento contribuiu decisivamente para o início dessa jornada.

No ano de 1957, os Pan Am Jets, time de basquete em cadeira de rodas da *Pan American World Air Ways*, se apresenta no Ginásio do Ibirapuera em São Paulo e depois no Maracanãzinho no Rio de Janeiro, a convite da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Na edição de 21 de abril de 1957, o *Jornal do Brasil* noticia a chegada dos Pan Am Jets, marcada para o dia seguinte, além da sua extensa agenda de atividades que antecediam o jogo no Maracanãzinho, dentre elas uma recepção no Palácio Guanabara pelo então prefeito Negrão de Lima. Na edição dupla dos dias 28 e 29 de abril o mesmo jornal noticia o resultado do evento esportivo com o título “Os ‘Pan Am Jets’ praticam exuberante basket-ball em carrinhos”, e depois prossegue com a matéria afirmando que os espetáculos foram

(....) dignos de registro para meditação do ser humano, perfeito fisicamente, já que nos movimentos esportivos esses paralíticos mostram, primeiro, até onde vai a persistência humana e, segundo, tocaram o coração daqueles que sabem e podem sentir a dor na carne do seu semelhante. Aqui, cabe, realmente, uma pausa para que cada um veja a olho nu, o que realmente é a vida.

Um dos atletas dos Pan Jets conheceu Del Grande na época e tentou convencê-lo de que era possível formar um time de basquete em cadeiras de rodas no Brasil e, chegando aos Estados Unidos, enviou uma cadeira que serviria de modelo para a fabricação das outras. A equipe de basquete foi montada a partir de contatos feitos com entidades que trabalhavam com deficientes, como a própria AACD, e com clínicas de reabilitação. Depois, em 28 de julho de 1958, Del Grande funda o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP).

Na cidade do Rio de Janeiro o nome de destaque é o de Robson Sampaio de Almeida que no início dos anos 50 sofre um grave acidente de trabalho nos Estados Unidos, para onde havia se mudado com o intuito de estudar cinema e televisão. A lesão o leva para uma cadeira de rodas e ele decide continuar naquele país para iniciar um tratamento num dos centros de reabilitação do Bellevue Hospital de Nova Iorque, onde conhece a modalidade de basquete em cadeira de rodas para lesados medulares.

Voltando ao Brasil Robson Sampaio começa a divulgar o esporte fomentando o interesse de muitos, inclusive do seu amigo Aldo Micolis que, na época, atuava como preparador físico do exército e como técnico de basquete. Juntos, eles fundam no dia 01 de abril de 1958 o Clube do Otimismo, que passa a atuar ainda sem local fixo. Somente no mês de novembro, após uma série de ações para a arrecadação de recursos e depois de já contar com mais de mil sócios, a entidade consegue uma sede no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Ao ser entrevistado sobre a aquisição do local e sobre o papel do Clube na reabilitação, Robson Sampaio declara: “Através desta sensação de ser útil, o incapacitado reabilitado fisicamente será também moralmente, pois deixará de ter complexos, principalmente o de ser um estorvo”.

Já no ano de 1959 o Ginásio do Maracanãzinho recebe o primeiro jogo de basquetebol em cadeira de rodas no Brasil, com a vitória por 22 a 16 dos paulistas do CPSP sobre os cariocas do Clube do Otimismo, que contou com a atuação de Robson e Sérgio na defesa dos seus clubes. Nos dois anos seguintes essa disputa se repete com o triunfo dos cariocas. A década de 60 foi

marcada pelo empenho de Sérgio e Robson na difusão do basquete em cadeira de rodas por diversos estados do País. A participação de equipes brasileiras em eventos internacionais possibilitou um maior conhecimento sobre outras modalidades esportivas que estavam sendo praticadas em outros países. Três anos depois, em 1972, o Brasil foi representado pela primeira vez em uma Paraolimpíada, realizada na cidade alemã de Heidelberg.

Nesse processo de expansão, a cidade do Rio de Janeiro continua figurando como o palco de importantes eventos, além de sediar a primeira entidade nacional representativa do esporte paralímpico, a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), fundada no ano de 1975 por Robson Sampaio, Aldo Micolis, dentre outros. A entidade agregou, até 1984, todos os esportes praticados por atletas com qualquer tipo de deficiência, exceto o esporte de surdos. Depois, com o surgimento de outras entidades criadas por tipo de deficiência, a ANDE ficou responsável pelos atletas com paralisia cerebral e os chamados “Les Autres”, categoria do esporte paralímpico que junta pessoas com deficiências que não se enquadram naquelas já claramente especificadas, como paraplegias, amputações, cegueira e deficiência mental. No ano de 1978, sob a responsabilidade da ANDE, ocorre no Rio de Janeiro uma edição dos Jogos Panamericanos em Cadeira de Rodas. Até aquele momento, este tipo de evento ainda não congregava todos os tipos de deficiência, de maneira que havia ainda os Jogos Parapanamericanos para cegos e outros para os deficientes mentais. A unificação só acontece no ano de 1999, quando passa a contar oficialmente o início dos Jogos Parapanamericanos.

Mais tarde, com a repercussão do Ano Internacional do Deficiente, decretado pela Organização das Nações Unidas, em 1981, surge um momento propício para a discussão mais ampla sobre as demandas específicas das pessoas com deficiência a partir da realidade brasileira. Entidades da sociedade civil e algumas agências governamentais se empenham na promoção de debates sobre direitos e políticas públicas, envolvendo temas como acessibilidade, educação, saúde e promoção do lazer para esse segmento da população. Esse é o momento em que começa a ganhar mais força e visibilidade a pauta reivindicatória de movimentos de pessoas com deficiência que já se organizavam pelo menos desde os anos 1970. Na esteira dessas mobilizações é fundada, na cidade de Niterói, a Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF) que até hoje possui uma importante projeção no cenário do esporte paralímpico do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, além de importante atuação em políticas voltadas para a inclusão do deficiente no mercado de trabalho.

Com o aumento expressivo do número de atletas e modalidades esportivas praticadas, cresce também a exigência por parte do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) de uma reestruturação do movimento paralímpico no Brasil, que pode ser exemplificada por uma série de entidades que continuam surgindo ao longo da década de 1980, tendo a cidade do Rio de Janeiro como sede. Entre elas estão a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC) e a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR), fundadas em 1984. No ano de 1987, é criada, por sua vez, a Confederação Brasileira de Desporto para Surdos (CBDS). Em 1990, surge a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA), na cidade de Niterói. É essa mesma cidade, e mais especificamente a ANDEF — já mencionada anteriormente — que sedia o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) quando da sua criação no ano de 1995. Posteriormente, no ano de 2002, ele é transferido para Brasília.

O quadro até aqui descrito pode trazer consigo a impressão de que todo esse processo teria se desenvolvido numa simples escala ascendente, que aparece de forma mais acelerada na década de 80, de onde prosseguiria com seu curso evolutivo até os dias atuais. Mas o fato é que as fontes disponíveis sobre o assunto não têm condições de sustentar uma descrição mais ampla da constituição do movimento paralímpico, apresentando certos limites para cobrir os possíveis percalços existentes ao longo do período. Sendo assim, não devemos supor um percurso onde não existam constantes reformulações, que podem se desdobrar tanto em sucessos como em retrocessos. Da mesma forma que muitas entidades e clubes foram sendo criados, outros amargaram problemas estruturais, políticos e financeiros e tiveram que fechar as suas portas. O próprio Clube dos Paraplégicos, aqui citado, pode servir como exemplo de uma instituição que perdeu a projeção anterior que tinha no esporte paralímpico, sem contar as federações e confederações que não existem mais.

O século XXI e a era dos megaeventos esportivos

Vimos em momento anterior como a trajetória do esporte paralímpico esteve vinculada a novas propostas de reabilitação que vislumbravam transformações não apenas em relação às sequelas físicas deixadas pelos graves traumatismos, mas também em relação às dimensões emocional e social dos sujeitos. Esse conceito de reabilitação abarcaria, então, ideias como motivação, inserção social, inclusão, autonomia e recuperação da

autoestima. Para várias gerações de atletas que se formaram no Brasil a reabilitação foi a porta de entrada por excelência para a prática do esporte, começando com o basquete em cadeira de rodas e depois se expandindo com outras modalidades, mas com mais intensidade a natação. Por essa mesma razão esses mesmos atletas podem ser considerados dentro da história do esporte como parte da “era dos reabilitados” (ARAUJO, 2011).

Posteriormente, esse quadro começa a ser modificado, tanto em função do aumento da profissionalização do movimento — auxiliado pela Lei Agnelo Piva² e pelo Programa Bolsa-Atleta³ — como em função do aumento da visibilidade do esporte paralímpico, notadamente a partir das Paralimpíadas de Atenas (2004), quando o evento é televisionado pela primeira vez. O Brasil apresenta desempenho expressivo nessa competição, principalmente a partir da atuação do nadador Clodoaldo Silva, que passa a ser ícone e inspiração para a nova geração de atletas.

Mas o esporte paralímpico brasileiro, assim como o Rio de Janeiro, ficaria definitivamente em evidência três anos depois, quando a cidade se torna a sede dos Jogos Parapanamericanos de 2007, com o Brasil alcançando o primeiro lugar no quadro de medalhas. Naquele momento, a gratuidade dos jogos fez com que a presença do público fosse crescendo substancialmente ao longo dos dias de competição, oferecendo a oportunidade para uma maior divulgação do esporte. As diferentes modalidades adaptadas, a trajetória de alguns atletas que já haviam despontado nos Jogos de Atenas, além das barreiras arquitetônicas e de outras ordens enfrentadas cotidianamente pelas pessoas com deficiência, eram apenas alguns dos assuntos que figuravam na cobertura jornalística do evento.

Mas apesar desse quadro positivo e da inovação de realizar pela primeira vez os Jogos Parapanamericanos na mesma cidade sede e logo após os Jogos Panamericanos, o evento foi marcado por uma série de controvérsias relacionadas à diferença de investimento e de patrocínio e à considerável simplificação das estruturas de competição em comparação com aquelas disponíveis para o Pan. Além disso, a tão alardeada promoção da acessibilidade na cidade não foi concretizada. Ao contrário, alguns dos equipamentos esportivos construídos para a competição apresentavam barreiras para os cadeirantes e pessoas com outras deficiências. Uma das discrepâncias do evento se deu em relação às cerimônias de abertura e encerramento. Enquanto o Maracanã acolhia de maneira grandiosa àquelas destinadas aos Jogos Panamericanos, as solenidades do Parapan ficaram restritas à Arena Olímpica e ao interior da Vila do Pan.

No entanto, os conflitos em torno dos Jogos que ganharam mais destaque vincularam-se ao montante do investimento público — que teria ultrapassado em quase 800% o orçamento inicial —, aos processos de intervenção no espaço urbano, assim como aos problemas que representavam planejamentos ineficientes, falta de transparência e ausência de canais de participação e decisão na relação do poder público com a sociedade civil. De qualquer maneira, a organização do evento alcançou o objetivo de alavancar a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Quando no ano de 2009 essa escolha se confirmou, a cidade se consolida na posição de partícipe na era dos megaeventos esportivos⁴.

O peso e a relevância desses grandes espetáculos esportivos de escala planetária não podem ser compreendidos somente a partir dos domínios e das regras do campo do esporte. De acordo com Miagusko (2012, p. 400) os megaeventos como os Jogos Olímpicos “se converteram num fenômeno estratégico para diferentes setores sociais que abarcam uma gama variada de interesses: de empresas nacionais e transnacionais, governos em vários níveis, grandes conglomerados de comunicação e também esportistas”. Dessa forma, os megaeventos acabaram se tornando um mecanismo que visa atrair investimentos para a cidade sede e que dizem respeito a novas lógicas de globalização, de desenvolvimento de negócios de variadas ordens, da intensificação de parcerias público-privada e forte intervenção urbana, esta última marcada por processos de remoção, especulação imobiliária e gentrificação⁵.

A ideia de abertura de um “ciclo virtuoso” de grandes investimentos na cidade e de projeção de uma imagem positiva para o restante do mundo aparece como uma constante nos discursos dos que defendem a realização dos megaeventos esportivos (MIAGUSKO, 2012, pp. 401-402). No que se refere ao tão falado legado dos jogos, teremos sempre de lidar e compreender tanto os seus aspectos tangíveis quanto os intangíveis, cuja valoração comprehende, dentre outras coisas, certas posições políticas. Dessa forma, nenhum número ou dado é autoevidente, ainda que tentem sugerir “uma credibilidade e objetividade que não têm” (MARTIN, 2013, p. 67). Ou seja, a ideia de legado acaba sendo significada de diferentes formas.

Tanto na realização da Copa do Mundo de 2014, como na Rio 2016, algumas falhas já identificadas durante o Pan de 2007 recebem novamente destaque, fortalecendo movimentos contrários à realização dos megaeventos no Brasil. Como principais pontos desse processo de enfrentamento Miagusko (2012) identifica: o custo total do valor da competição, com superfaturamento de obras e de serviços; o impacto de grandes obras e os conflitos

urbanos que acompanharam os processos de remoção; a aprovação de leis e de outros dispositivos que colocam em suspenso ou flexibilizam legislações anteriores. Aqui, muito do dissenso diz respeito aos aspectos tangíveis do legado do megaevento, embora as fronteiras entre os aspectos intangíveis — ou aquilo que podemos considerar como um bem imaterial, simbólico — apareçam borradadas em muitos momentos. De qualquer maneira, a grande questão que desponta aqui é que “(...) a distribuição dos benefícios não acontece de maneira igual nem pelos diferentes setores sociais e nem do ponto de vista de sua distribuição espacial, com a concentração de recursos e investimentos em determinados lugares da cidade” (MIAGUSKO, 2012, p. 406). E mais uma vez a organização do evento perdeu a oportunidade de concretizar o legado da acessibilidade e mobilidade no espaço urbano, questão cara no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência no acesso à cidade, ao trabalho e ao lazer.

Analisando especificamente o esporte paralímpico, apesar do Brasil ter alcançado a oitava posição no quadro de medalhas — e não a quinta como era esperado pelo CPB — o país aumentou o número total de medalhas além de diversificar o leque de modalidades nas quais competiu e conseguiu as mesmas. O público compareceu maciçamente não apenas para acompanhar as modalidades mais conhecidas de natação e atletismo, mas também para conhecer e torcer pelos atletas em outras arenas. Com os Jogos de 2016, o movimento paralímpico brasileiro parece ter dado mais um passo decisivo no aumento da sua visibilidade, no sentido da profissionalização e do alto rendimento, e na constituição de um público que começa a vislumbrar o esporte como um tipo de entretenimento. Tudo isso reverbera na construção de uma imagem mais complexa, diversa e inclusiva da questão da deficiência. Esse é definitivamente um bem simbólico que deveria se desdobrar em políticas públicas e num maior investimento. Infelizmente, o futuro parece incerto, numa conjuntura política e econômica marcada por diversos cortes de verbas públicas que dificultam a consolidação e manutenção de compromissos e projetos já firmados. O desafio está posto!

Notas

1 Depois ela passou a ser denominada *International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation* (ISMWSF).

2 A Lei n. 10.264, conhecida como Lei Agnelo/Piva, sancionada em 2001, destina uma porcentagem dos recursos das loterias federais para o esporte olímpico e paralímpico.

3 O Bolsa-Atleta é um programa do Governo Federal, criado pela Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004. Gerido pelo Ministério do Esporte, seu objetivo é garantir a manutenção pessoal de atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio e que, por essa razão, necessitam de auxílio para o treinamento esportivo e para a participação em competições. O programa beneficia atletas que são praticantes de modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paralímpico International (CPI). Os critérios para o recebimento da bolsa são definidos pelo Ministério dos Esportes.

4 Desde 2005 a cidade do Rio de Janeiro vem se destacando no cenário dos megaeventos esportivos. Foram eles: os Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas e para Amputados (*World Wheelchair and Amputee Games*) em 2005, os XV Jogos Pan e Parapanamericanos de 2007, o 5º Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol Masculino em 2014 (juntamente com outras cidades brasileiras) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

5 Com relação aos conflitos políticos em torno da realização de megaeventos e das disputas em torno dos seus legados, Curi (2013) chama a atenção para a formação de um Comitê Social do Pan no ano de 2005, que congregou representantes de movimentos sociais e pesquisadores preocupados com os efeitos adversos do evento na cidade do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Mônica da Silva. **O corpo atlético da pessoa com deficiência:** uma etnografia sobre corporalidade, emoção e sociabilidade entre nadadores paralímpicos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, 212 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto adaptado no Brasil:** origem, institucionalização e atualidade. Campinas-SP: Unicamp, 1996, 140f. Tese (Doutorado em Educação Física) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.

CONDE, Antonio João Menescal. **Introdução ao movimento paralímpico:** manual de orientação para professores de educação física. Brasília: Comitê Paralímpico Brasileiro, 2006.

CURI, Martin. A disputa pelo legado dos megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, pp. 65-88, jul./dez. 2013.

MIAGUSKO, Edson. Antes da Copa, depois do Pan: O Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. Civitas — Revista de Ciências Sociais, [S.l.], v. 12, n. 2, pp. 395-408, nov. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11935>. Acesso em: 04/07/2017.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão:** ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

Fontes primárias

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21/04/1957. 1º Caderno, p. 16.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28/04/1957 e 29/04/1957. 7º Caderno, p. 1.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19/11/1958. 1º Caderno, p. 13.

Recebido em 12/07/2017

Aprovado em 20/08/2017